



NOVO DESENVOLVIMENTISMO A CONTRAPELO: A EXPERIÊNCIA DA TERNIUM CSA EM SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO-RJ

André Luiz do Nascimento Germano ¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar, de forma indissociável, os problemas socioambientais local-regionais acarretados pela presença da Ternium CSA em Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ. Tal exercício geográfico, em especial sob a perspectiva da geografia econômica e da indústria e suas conexões com a economia política e a ecologia política, foi metodologicamente estruturado a partir da percepção do novo desenvolvimentismo brasileiro em diálogos com interpretações sobre o fenômeno técnico compreendido em sua totalidade e como centralidade na apreensão das dinâmicas do espaço. O estudo sobre a atuação do megaempreendimento siderúrgico permitiu interpretar, em última instância, o próprio capitalismo brasileiro e suas nuances e inserções na economia mundializada, com o diagnóstico da atuação da CSA revelando as contradições do novo desenvolvimentismo e suas implicações na escala local.

Palavras-Chave: Novo desenvolvimentismo brasileiro; Ternium CSA; Santa Cruz.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar, de manera inseparable, los problemas socioambientales locales-regionales provocados por la presencia de Ternium CSA en Santa Cruz, Rio de Janeiro-RJ. Tal ejercicio geográfico, especialmente desde la perspectiva de la geografía económica y la industria y sus conexiones con la economía política y la ecología política, se estructuró metodológicamente desde la percepción del nuevo desarrollismo brasileño en diálogos con interpretaciones del fenómeno técnico entendido en su totalidad y como centralidad en la aprehensión de la dinámica del espacio. El estudio sobre el desempeño de la megaempresa siderúrgica finalmente permitió la interpretación del propio capitalismo brasileño y sus matices e inserciones en la economía globalizada, con el diagnóstico del desempeño de la CSA revelando las contradicciones del nuevo desarrollismo y sus implicaciones a nivel local.

Palabras clave: Nuevo desarrollismo brasileño; Ternium CSA; Santa Cruz.

INTRODUÇÃO

No início do século XXI, num cenário político-econômico-social nacional marcado por características do novo desenvolvimentismo brasileiro, sob idealização e prática dos governos do Partido dos Trabalhadores, segundo Mercadante (2010), com singularidades e peculiaridades históricas, o Estado brasileiro, em conjunto com empresas nacionais e internacionais, construiu um polo industrial e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities minerais e produtos siderúrgicos no eixo Santa Cruz – Itaguaí², doravante, no

¹ Doutorando no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, andreabcgermano@email.com

² Este trabalho é fruto do terceiro capítulo da dissertação de mestrado, desenvolvida no PPGGEO da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e defendida em novembro de 2020, já sob a pandemia do



Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2015), com a Companhia Siderúrgica do Atlântico – Ternium CSA sendo o primeiro e um dos investimentos mais importantes do projeto, como mostra o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS (2012). Inicialmente, a CSA pertencia à empresa alemã Thyssenkrupp, no entanto, em 2017, a Ternium comprou a siderúrgica por 1,5 bilhão de euros. Sua atuação se deu especificamente no Distrito Industrial de Santa Cruz, transformando ferro em aço bruto e depois em placa de aço, um produto semiacabado, de baixo valor agregado, com elevada capacidade poluidora durante sua fabricação.

O Distrito Industrial de Santa Cruz, onde se instalou a empresa, foi inaugurado nos anos de 1970 (DAMAS, 2008), como consequência de projetos que calcaram na indústria e no desenvolvimentismo a política nacional. Na mesma conjuntura, para atender, principalmente, as atividades industriais crescentes, criou-se também o Porto de Sepetiba (PERDIGÃO, 2015), um importante investimento em infraestrutura, na busca de facilitar as dinâmicas de expansão do capital e da globalização que estava a se consolidar.

A CSA iniciou suas obras neste Distrito Industrial em 2005. O megaempreendimento, que é um conglomerado industrial, siderúrgico e portuário, contou com significativo financiamento direto de R\$ 1,48 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e isenções fiscais (PACS, 2012). Com o contexto político-econômico do período se colocando a romper gradualmente com o neoliberalismo dos anos de 1990, coube ao Estado financiar diretamente, via BNDES, conceder isenções fiscais e oferecer infraestrutura necessária, como energia elétrica subsidiada, abertura de estrada e construção de portos, favorecendo o empresariado e os fluxos globais.

O BNDES, portanto, ganhou destaque neste modelo de desenvolvimento, passando a atuar como a principal fonte de financiamento de longo prazo no Brasil. No caso da Ternium – CSA, Iara Moura e Isabelle Rodrigues (2018) salientam, através de publicação no *Le Monde Diplomatique Brasil*³, que quando somados o financiamento do BNDES com os valores

novo coronavírus. A dissertação teve como objetivo central compreender a atuação da Companhia Siderúrgica do Atlântico e suas implicações em Santa Cruz. Tal exercício geográfico foi metodologicamente estruturado a partir da interpretação do novo desenvolvimentismo brasileiro, apontado por Mercadante (2010), como uma proposição de nova esperança na construção do desenvolvimento no espaço estudado.

³ MOURA, Iara; RODRIGUES, Isabelle. *A realidade por trás da Ternium*. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>>. Acesso em 24/10/2020.



relativos a todas as isenções fiscais, totalizam cerca de R\$5 bilhões de recursos públicos investidos na Companhia Siderúrgica do Atlântico, de todas as esferas do Estado brasileiro.

Em 2010 a siderurgia foi inaugurada⁴ numa cerimônia com presenças ilustres do CEO da ThyssenKrupp, do presidente da República, do governador do Rio de Janeiro, do prefeito do Rio de Janeiro, do presidente da Vale, entre outros membros do executivo e do legislativo nacional, estadual e municipal. As falas das autoridades, mesmo que indiretamente, evocaram a percepção de que os limites fronteiriços das nações não interrompem o fluxo de grandes quantidades de capital e que Estados e companhias atuam de maneira conjunta e incisiva na busca por oportunidades de investimento, no contexto do que Santos (1996) chama de guerra dos lugares.

O conglomerado industrial-siderúrgico-portuário instalado no bairro carioca Santa Cruz possui usina siderúrgica integrada; usina termelétrica e um porto, com dois terminas (PACS, 2012). Esses objetos firmados no território, pela CSA, fazem parte de um grupo de objetos criados com a intenção mercadológica, impulsionados por uma informação concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado à mais-valia mundial (SANTOS, 1996). A CSA instalou equipamentos nas calhas dos rios, para aumentar a circulação de grandes embarcações, mas os trabalhadores que atuavam com pesca artesanal na Baía de Sepetiba tiveram suas atividades impedidas ou dificultadas. Emergia ali um conflito que envolveu diferentes sistemas técnicos (SANTOS, 1996) e diferentes relações com os rios e com a baía.

A presença de portos e as redes ferroviárias trazem um embate de lógicas econômicas distintas, baseadas em sistemas técnicos distintos, com as atividades siderúrgicas impondo normas às atividades pesqueiras (PACS, 2012), antes característica tradicional da região da Baía de Sepetiba. Ações racionais, movida por atores hegemônicos globais e por uma racionalidade técnica, produzem um cotidiano mecanizado e espantam as variadas formas de espontaneidade presentes nos territórios (SANTOS, 1996). Os interesses de firmas que atuam globalmente, aliás, muitas vezes ficam camuflados por propagandas que destacam uma sínica preocupação com o bem-estar das populações diretamente impactadas por suas atividades. Na cerimônia de inauguração da CSA, em Santa Cruz, essa percepção ficou evidente: as atividades da siderúrgica foram legitimadas por discursos dos empresários e dos representantes do Estado brasileiro que destacavam um futuro de desenvolvimento econômico, social, sustentável, renda,

⁴ Companhia Siderúrgica do Atlântico é inaugurada na Zona Oeste do Rio. Disponível em: <<http://riodejaneiro.rio/web/guest/exibeconteudo?id=888394>>. Acesso em: 04/02/2020



emprego, entre outras benéficas sociais que trariam um oásis a um lugar sem vida, desprovido da funcionalidade prática do mundo organizado a partir da tecnociência.

Era evidente que se tratava de uma siderúrgica com altíssimo potencial produtivo no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense (OLIVEIRA, 2015), que é uma região estratégica de um país que estava apostando, no momento da implantação da companhia, num novo desenvolvimentismo caracterizado, por Mercadante (2010), por ruptura paradigmática com a agenda neoliberal, fortes investimentos sociais, fortalecimento do estado democrático de direito, inserção internacional soberana, advento da descoberta das reservas do pré-sal, amplo investimento em educação, ciência e liderança no desenvolvimento sustentável. Era, no entanto, um modelo desenvolvimentista que, embora preocupado com questões sociais, carregava contradições e paradigmas do capitalismo contemporâneo.

Assim, o objetivo central deste trabalho é analisar, de forma indissociável, os problemas socioambientais local-regionais acarretados pela presença do megaempreendimento siderúrgico em Santa Cruz, no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, neste contexto de novo desenvolvimentismo brasileiro.

Investigar o novo desenvolvimentismo e sua materialidade em Santa Cruz se mostrou urgente – para isso, utilizaremos as pistas metodológicas com base nos escritos de Mercadante (2010) –, cientes, entretanto, que nenhum autor-obra seria capaz de dar conta do momento político-econômico brasileiro analisado, nem de captar todas as complexidades do novo desenvolvimentismo. O debate ainda carece de interpretações mais profundas, pois se trata de um período histórico recente, repleto de nuances, mas a tese do autor, defendida em seu último ano de mandato como líder do Governo no Senado Federal, ofereceu condições para uma análise estruturada e caminhos claros do que seria este modelo de desenvolvimento⁵.

Sabendo, aliás, da complexidade da sociedade contemporânea e do objeto examinado, o eixo conceitual deste trabalho conta com interpretações sobre as facetas do fenômeno técnico em sua totalidade, tratados por Santos (1996; 2000) e Santos e Silveira (2001), que se mostram indispensáveis para a operacionalização e aprofundamentos nas análises geográficas presentes aqui. Milton Santos (1996), fazendo uso do fenômeno técnico como centralidade na apreensão

⁵ Importante destacar que não colocaremos em julgamento os governos Lula-Dilma (2003-2016) e tão pouco o plano de ação do Partido dos Trabalhadores. A intenção é analisar, a partir da Geografia, os movimentos territoriais do capitalismo contemporâneo nas periferias de um país periférico. Estudar o novo desenvolvimentismo representa a oportunidade de avaliar o próprio conceito de desenvolvimento que, mesmo sob o signo de governos progressistas, apresenta contradições, além de a atuação da Ternium em Santa Cruz, como faceta deste novo desenvolvimentismo, permitir uma análise, em última instância, do próprio capitalismo brasileiro.



das dinâmicas do espaço, aponta três períodos marcantes: dos meio natural, técnico e técnico-científico-informacional, além de propor o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996: p.62).

Por meio da interpretação de indicadores, da reflexão sobre a questão ambiental, do entendimento das medidas compensatórias da empresa, do exame das violações às normas ambientais brasileiras e da leitura crítica do discurso do desenvolvimento sustentável, esse último a partir das contribuições de Oliveira (2019, 2020) e Porto-Gonçalves (1992), tornou-se possível pensar a mudança da vida local e os reais “ganhos” do bairro e da região com a atuação territorial desta empresa global. Dessa forma, o trabalho contribui para a compreensão das contradições que emergiram mesmo ainda no processo de instalação da CSA no bairro e a atuação dos movimentos sociais contrários ao grande empreendimento, além de averiguar se pilares do novo desenvolvimentismo brasileiro apontados por Mercadante (2010), como democracia, sociedade do conhecimento e desenvolvimento sustentável, estiveram presentes de fato neste processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ouvir impactados? A imposição do megaprojeto

A chegada da CSA em Santa Cruz, entendida aqui como importante símbolo de um período marcado por retomada de investimento do Estado e de grandes empresas no território nacional, com obras monumentais, mostrou que o tal aperfeiçoamento das instituições democráticas, apontado por Mercadante (2010) como elemento chave da construção de um novo desenvolvimentismo, não se concretizou no projeto que se deu nessa borda metropolitana do Rio de Janeiro. Os responsáveis pelo empreendimento fizeram o projeto andar, a partir de seus poderes e interesses voltados para o lucro, em detrimento dos movimentos sociais locais-regionais, pescadores e grupos contrários à presença do megaempreendimento siderúrgico-portuário.

Segundo o relatório do PACS com a Justiça Global (2017), antes mesmo de iniciar o processo de licenciamento ambiental, a Vale S.A. e a TKCSA, responsáveis pelo projeto, investiram, através de consultorias, em diagnósticos, estudos, canais de comunicação e estratégias de atuação para lidar não apenas com os obstáculos oficiais, mas inclusive com as populações locais diretamente afetadas pelo megaprojeto que seria instalado. Houve aproximação e identificação de associações, lideranças e grupos políticos, com os potenciais protagonistas sendo objeto de análise por parte dos grupos privados que queriam viabilizar o projeto, sendo percebida como primordial para o desenvolvimento de suas estratégias de



atuação com os atores impactados. Após esses contatos realizados por intermediários contratados por Vale S.A. e TKCSA, segundo o mesmo relatório, foi possível verificar um aumento da constituição de grupos associados com alta diversidade de posições sobre a chegada, a instalação e a atuação do complexo industrial siderúrgico. Esse mapeamento de atores locais era uma clara precaução, das empresas, para evitar que o projeto não andasse (PACS, 2012). Um fato é que a formação desses grupos que pretendiam dialogar e ou resistir à presença do megaprojeto privado não se deu sem problemas.

Ao longo do processo de licenciamento ambiental, principalmente na fase de instalação, observou-se que boa parte de atores locais considerados com legitimidade para mediar a elaboração e execução das medidas compensatórias foi identificada e escolhida a partir daqueles estudos elaborados pela própria companhia desde o início. A então TKCSA, a partir do conhecimento das movimentações na região em destaque, atuou com liberdade para selecionar os personagens e grupos locais com os quais construiria canais de diálogo e caminhos a serem seguidos com mais facilidade, sendo, portanto, os que ofereciam menos barreiras; os que ofereciam maiores riscos à viabilização do empreendimento foram sendo evitados nos diálogos (PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p.74-75).

PACS e Justiça Global (2017), ainda em seu relatório, disponibilizam um quadro com três episódios marcantes de interação entre TKCSA e movimentos de resistência: um de intimidação, outro de cooptação e por último um de criminalização. O procedimento de instalação da TKCSA foi marcado por tentativas de intimidação e criminalização dos movimentos sociais que vinham intensificando ações e atividades contra o megaempreendimento. Houve, inclusive, um esforço de intimidação por meio de ajuizamento de ações criminais contra pesquisadores e professores que produziram estudos técnicos apontando consequências diferentes do que havia sido identificado, avaliado e aprovado no processo de licenciamento ambiental do complexo siderúrgico. Essa tentativa de intimidação de pesquisadores foi relatada pelo próprio portal de notícias da Fiocruz na internet⁶. Na notícia em questão, apontando que TKCSA processou pesquisadores da Fiocruz e foi destaque na grande imprensa, o portal ainda destaca que o relatório elaborado pela instituição enumera os impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e da operação da TKCSA, indicando que o pó lançado ao ar pela siderúrgica, que está em funcionamento desde o segundo semestre de 2010, contém substâncias absolutamente tóxicas como, por exemplo,

⁶ TKCSA processa pesquisadores da Fiocruz e é destaque na imprensa, 2011. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/27990>>. Acesso em: 19/03/2020.



silício, enxofre, manganês e outros. Tal caráter intimidador é reforçado pelo fato de que, após exercício de uma intensa pressão pública, a TKCSA decidiu por não dar continuidade às ações judiciais, desistindo dos processos, mas mostrou que estava atenta e pretendia diminuir a força e a influência de seus opositores.

Práticas agressivas de tomada das arenas públicas, no seguimento do licenciamento ambiental, produzindo impactos diretos na organização e participação popular, também foram percebidas e destacadas no relatório do PACS com a Justiça Global (2017). O comportamento da TKCSA durante as audiências públicas realizadas é um bom exemplo de tal prática. Com diferentes intensidades, os eventos foram marcados por grande presença de funcionários da empresa que hostilizavam e assediavam quem se posicionava de forma oposta ao empreendimento, inclusive no que se refere às tentativas de apresentação de denúncias sobre as violações de direitos perpetradas pela TKCSA. O relatório (2017) informa que existem registros de audiências públicas em que, para além dos assédios e intimidações, chegou-se a observar embates físicos entre as pessoas presentes, retirando qualquer possibilidade de que o exercício da livre expressão e da discussão democrática fossem garantidos. Essas tentativas de ocupação agressiva das arenas públicas também foram verificadas nas audiências realizadas fora do procedimento de licenciamento, como na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Para o PACS e a Justiça Global (2017), essa prática da companhia não é condição obrigatória para que situações como a cooptação de grupos de atores impactados ocorra. Muito menos é possível dizer que uma situação relativamente baixa de articulação local se deu exclusivamente em virtude das ações pensadas e articuladas pela CSA. Entretanto, não é possível desconsiderar a interferência sensível observada nas práticas da companhia para a perpetuação desse cenário e consolidação de sua força para impor suas atividades no território da sua forma, sem barreiras aos seus interesses.

Portanto, no bairro que apresenta um número expressivo de moradores, com uma parcela significativa ligada às atividades do setor de serviços urbanos, além da pesca, da agricultura e da criação de animais, os modos de vidas e os interesses locais foram crivados pelo empresariado internacional e nacional, com pouco espaço para trâmites realmente democráticos, em decisões tomadas por relações entre grupos de empresários e representantes do Estado, nas suas diferentes alçadas, sendo contrário ao que Mercadante (2010) apontava ser imprescindível para consolidação do novo desenvolvimentismo brasileiro. Tudo ocorreu sob um Estado “privatizado” e fragilizado em sua função republicana de promover a representação dos interesses da sociedade e a cidadania plena de toda a população. Como salientou



Mercadante (2010), um Estado colonizado por interesses privados é incapaz de promover políticas públicas eficientes, o que, por sua vez, reforça o caráter de fragilização frente às forças mercadológicas, que no caso foi identificado na forma de uma empresa siderúrgica com atuação global.

Sociedade do Conhecimento e sua concretude em Santa Cruz

A sociedade do conhecimento, que é um conceito contraditório em si (DUARTE, 2001), para tratar de maiores investimentos em educação, ciência e tecnologia, por Mercadante (2010), apresentava problemas, mas em qualquer projeto de país que se pretenda desenvolvimentista, torna-se impossível que não se projete uma reestruturação das bases educacionais, no intuito de colocar o país em condições de competir internacionalmente com as potências globais, usando educação, ciência e tecnologia como aliados indispensáveis. Em outras palavras, não haveria novo desenvolvimentismo brasileiro sem educação de qualidade e investimento em ciência e tecnologia avançada para superar o quadro dicotômico de desenvolvimento-subdesenvolvimento.

Para o Mercadante (2010), a necessária universalização da educação de qualidade, com a tecnologia sendo aliada, poderia ampliar consideravelmente as oportunidades nos setores excluídos historicamente e, dessa forma, intensificar e ampliar as mecânicas distributivas do novo desenvolvimentismo no Brasil. No entanto, em Santa Cruz, o que se percebeu foi uma contradição: o bairro que recebia pesados investimentos em infraestrutura para atender às demandas de grandes empresas (GERMANO, 2020), como a própria Companhia Siderúrgica do Atlântico, vindas no contexto do novo desenvolvimentismo, possuía índices de analfabetismo elevados e evasões escolares altíssimas, num sistema educacional precário.

Os índices educacionais, tanto no município quanto no estado do Rio de Janeiro, com informações entre o ano de 2010 – quando Mercadante (2010) escreveu sua tese – e ano de 2018, nota-se claramente que o sistema público de educação continuava, mesmo quase uma década depois, com as marcas da brutal desigualdade socioeconômica brasileira e falta de oportunidades iguais para todas as classes, aquém do que se pretendia e previa nos escritos do ex-senador da República e Líder do Governo, filiado ao Partido dos Trabalhadores. Segundo estudo divulgado pela Revista Exame⁷ em 2010, a evasão escolar no ensino médio era um dos pontos mais preocupantes na época. A revista destaca, em números absolutos, que em 2006,

⁷ REVISTA EXAME. *Índices de educação pioram no Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/blog/instituto-millennium/indices-de-educacao-pioram-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 22/04/2020



47.740 alunos abandonaram os estudos na cidade. Em 2008, foram 40.177; e em 2009, 36.586. O próprio Mercadante (2010) destaca que a evasão escolar era um problema seríssimo a ser combatido para se consolidar a sociedade do conhecimento e o novo desenvolvimentismo.

O quadro da evasão é ainda mais crítico quando os dados eram analisados por regiões, revelando a desigualdade na cidade. As áreas pobres e marcadas por situações de violência tinham alguns dos maiores índices de abandono escolar; situação bem diferentes de áreas mais privilegiadas economicamente da cidade. Mesmo dentro do sistema público de ensino, sem levar em consideração as escolas da rede privada, esse quadro de evasão se mostrava desigual dependendo da localidade.

O ano de 2018, conforme notícia veiculada pelo site G1⁸, significou um momento no qual o Rio de Janeiro foi o único estado do Brasil que não atingiu a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é um indicador geral da educação nas redes privada e pública, em nenhum segmento dos ensinos fundamental e médio. Nos anos iniciais do ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, a nota foi de 5,3 na rede pública, que abrange as escolas federais, estaduais e municipais - um décimo a mais que em 2015. Do sexto ao nono ano, a nota aumentou dois décimos, em relação ao registro anterior. Mas nos dois casos, o Ideb ficou abaixo da meta projetada, sendo o único Estado que não alcançou. No ensino médio, que é responsabilidade do governo do estado, a nota caiu para 3,3, abaixo do último Ideb, em 2015 e bem abaixo do desejado. O Rio teve uma média menor que a do Brasil - 3,3 no estado contra 3,5 no país. E entre todos os estados das regiões Sudeste e Sul, teve o pior desempenho.

Com auxílio de uma publicação do portal *Rio on Watch*⁹, que introduz uma discussão sobre Educação Pública no Rio de Janeiro, é possível fazer alguns apontamentos, a partir dos dados apresentados, especificamente, inclusive, sobre o bairro carioca Santa Cruz. A publicação mostra algumas questões importantes que também foram abordadas por Mercadante (2010) em sua análise: com destaque, aponta que o programa Bolsa Família alavancou, significativamente, as taxas de frequência escolar pelo Brasil, mas a qualidade da educação ainda está bem atrás dos demais nas classificações gerais mundiais. A publicação informa que o Brasil se classificou na posição 54 de 65 países medidos pela OECD em 2011, ano imediatamente posterior à defesa

⁸ G1. *Rio é o único estado do Brasil que não atinge meta do Ideb em nenhum segmento dos ensinos fundamental e médio*, 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/03/rio-e-o-unico-estado-do-brasil-que-nao-atinge-meta-do-ideb-em-nenhum-segmento-dos-ensinos-fundamental-e-medio.ghtml>>. Acesso em: 22/04/2020.

⁹ RIO ON WATCH. *Uma Introdução à Educação Pública no Rio de Janeiro*, 2017. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=24544>>. Acesso em: 22/04/2020.



da tese. Segundo o texto, apesar de um aumento de 121% no investimento em educação pública entre 2000 e 2008, ainda não havia um sinal claro de melhora. O site informa que o Instituto para Pesquisa e Administração em Educação (IPAE) recomendou reformas significativas, que analisando-as, percebe-se que eram também elencadas pelo ex-senador em sua tese de doutoramento sobre a futura consolidação do seu novo desenvolvimentismo: estender o período escolar, investir em tecnologia, ofertar estabilidade para professores, aumentar a eficiência na gestão escolar e implementação de políticas adequadas desde o nível federal até o nível municipal e da escola individual.

Para manter as escolas públicas no Rio de Janeiro, em que muitas estão em prédios deteriorados, é necessário um alto investimento financeiro. Por exemplo: o *site* Rio On Watch salienta que uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Educação, em 2011, descobriu que 62% da infraestrutura das escolas municipais era “regular, ruim ou péssima” e entre 2014 e 2015 o Estado do Rio de Janeiro também viu uma queda de 72% no investimento em infraestrutura e manutenção, sem contar que não houve a construção de nenhuma unidade escolar pelo governo do Estado do Rio de Janeiro durante este período, apesar das diversas promessas feitas antes da Copa do Mundo de 2014, inclusive de 177 novas escolas públicas até 2015.

Diferenças socioeconômicas entre as várias áreas da cidade, aqui comentadas, também aparecem no artigo do *Rio On Watch*, que, segundo o mesmo, se apresentam principalmente através das taxas de alfabetização, pois aproximadamente 2,8% dos cidadãos com 15 anos ou mais na cidade do Rio são analfabetos e, na Tijuca, Méier e por toda a Zona Sul, o analfabetismo entre adultos é de cerca de 2%, mas em Ramos e Inhaúma este número é quase o dobro, com o analfabetismo entre adultos atingindo, 4,2% e 4,1% respectivamente. E aqui chega-se numa contradição importantíssima de se destacar: em Santa Cruz, bairro que anos antes recebeu pesados investimentos em infraestrutura para atender às demandas de grandes empresas, como a própria Companhia Siderúrgica do Atlântico, vindas no contexto do novo desenvolvimentismo, possuía o analfabetismo em cidadãos com 15 anos ou mais chegando a 4,9%. Tal fato mostra que além das desigualdades perante a cidade, há uma marcante contradição interna no próprio bairro.

Pinto (2016) aponta que a produção anual da planta siderúrgica da então TKCSA, em 2014, foi de 4,1 milhões de toneladas de placas de aço; e 90% da produção da empresa era exportada pelo porto privado da companhia no segundo semestre de 2015. As 4,1 milhões de toneladas de placas de aço feitas pela Companhia Siderúrgica do Atlântico, em 2014,



significaram aproximadamente 62% da produção nacional deste produto siderúrgico naquele ano. Uma produção de tal magnitude, ligada ao comércio global, acontecendo no mesmo bairro onde 4,9% da população acima de 15 anos era analfabeta. Estas informações evidenciam, de certa forma, que o novo desenvolvimentismo, em Santa Cruz, ficou restrito aos investimentos do BNDES e isenções fiscais para a instalação de megaprojetos industriais e que a sociedade do conhecimento, apontada por Mercadante (2010), era só mais uma parte da nova era desenvolvimentista que estava muito distante de se confirmar no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense.

As ações da Companhia Siderúrgica do Atlântico, neste que se chama de Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, geraram conflitos socioambientais [estes serão melhor comentados na sessão seguinte, sobretudo no que tange ao desenvolvimento sustentável], fazendo com que a empresa tenha sido obrigada, como medida compensatória pelos seus danos ambientais, a construir uma escola de excelência no bairro Santa Cruz. Desta obrigação, foi edificada a primeira escola sustentável da América Latina, o Colégio Estadual Erich Walter Heine, inaugurado em 2011, em parceria com o estado e a cidade do Rio de Janeiro, um ano após o início das atividades siderúrgicas da companhia no bairro. Pinto (2010) destaca que no website da então TKCSA, a instituição de ensino figurava como uma benesse da chegada da companhia ao bairro, mas nada foi mencionado sobre ela ter sido resultado de compensação ambiental.

A escola, por sua vez, é de fato diferenciada. Um oásis no meio do caos que é o sistema público de educação não só no bairro, mas em todo Município e Estado do Rio de Janeiro, como se viu no panorama apresentado anteriormente. Para voltarmos a falar do Ideb, por exemplo: segundo a matéria d'O Globo¹⁰, o Colégio Erich Walter Heine obteve a maior nota da rede no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017: 5.6, bem acima da média nacional das redes estaduais, que era de 3.5. O colégio em si funciona como Dupla Escola, oferecendo Ensino Médio integrado ao curso técnico de Administração e, numa perspectiva sustentável, foi construída dentro de padrões de redução de até 40% no consumo de energia.

O grande destaque da estrutura física da unidade é o “ecotelhado”, conhecido pelos alunos como telhado verde, usado como espaço de aprendizagem, que conta com uma vegetação especial para diminuir a absorção de calor e reabsorver a água da chuva. A própria matéria d'O Globo, já citada aqui, evidencia o quanto a escola é uma ótima aquisição do Estado,

¹⁰ O GLOBO. Pais dormem na fila para tentar garantir vaga para filhos em colégio estadual premiado, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pais-dormem-na-fila-para-tentar-garantir-vaga-para-filhos-em-colegio-estadual-premiado-23413413>>. Acesso em: 25/04/2020.



mas absolutamente pontual. O colégio se apresenta como uma espécie de protótipo do novo desenvolvimentismo apresentado por Mercadante (2010), mas, evidentemente, se trata de um caso particular e isolado. Tem acesso à internet, quadra poliesportiva, laboratórios, boa estrutura, é integral, com ensino técnico, mas é uma, somente uma. E, vale ressaltar, apenas foi construída depois de sérios problemas socioambientais causados pela empresa, com a justiça a obrigando a desenvolver medidas compensatórias para atender as populações diretamente impactadas.

Além de tais questões, há ainda uma que é bastante problemática: nos primeiros anos de funcionamento da escola, a seleção dos(as) alunos(as) ocorria através de uma prova, o que acabava sendo ruim, pois adolescentes de bairros mais distantes, não impactados diretamente pelas atividades da Companhia Siderúrgica do Atlântico, conseguiam matrícula, por fazerem uma boa prova, e adolescentes vizinhos ao megaempreendimento, que sofriam diariamente com os impactos da produção do aço, em Santa Cruz, ficavam de fora. O processo seletivo então foi modificado, mas problemas como este continuaram acontecendo, como mostra a matéria d'O Globo¹¹.

Portanto, percebe-se claramente aqui que a escola em questão é uma exceção, um ponto fora da curva, dentro do sistema de ensino público do Rio de Janeiro e o projeto desenvolvimentista proposto por Mercadante (2010), pensando na tal sociedade do conhecimento, não conseguiu se instaurar em Santa Cruz, onde somente a característica dos novíssimos megaprojetos industriais se consolidaram de forma acachapante. A escola é fruto de uma política isolada, com origem em uma medida compensatória que a empresa foi obrigada a desenvolver devido suas más práticas ambientais. A população local, que deveria ter amplo acesso ao ensino de qualidade, precisa passar horas em filas exaustivas para garantir uma vaga num colégio específico. Este fato inclusive é uma clara evidência da baixa qualidade dos outros colégios da mesma região e até do Estado.

Da lama ao caos do pó prateado: Desenvolvimento Sustentável?

No que tange às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável, dialogando com Oliveira (2019, 2020) e Porto-Gonçalves (1992), um fato fica evidente: vive-se numa crise ambiental sem precedentes e grupos políticos e empresas tentam lucrar ainda mais fazendo uso

¹¹ O GLOBO. Pais dormem na fila para tentar garantir vaga para filhos em colégio estadual premiado, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pais-dormem-na-fila-para-tentar-garantir-vaga-para-filhos-em-colegio-estadual-premiado-23413413>>. Acesso em: 25/04/2020



de um certo marketing verde. Cria-se espaços para empresas altamente poluidoras desenvolverem preservação de florestas, apoiando entidades ambientalistas, incentivando educação ambiental nas escolas e se dizendo sustentável. No entanto, qualquer projeto de país e ou sociedade que se coloque como novo, depois do auge das tensões e discussões ambientais que se construíram na segunda metade do século XX, precisa evidenciar tais preocupações ambientais, mesmo que, no fim, sejam álibis ou campos para empresas melhorarem suas imagens no mercado.

Com o novo desenvolvimentismo brasileiro e a Ternium não foi diferente. Um projeto de país desenvolvido no Brasil no início do século XXI se apresentou com tais ambições de proteção ambiental, mas na prática foi escada e investimento para empresas como a Companhia Siderúrgica do Atlântico produzir diversos problemas socioambientais e no final fazer propaganda de sustentabilidade, mesmo com problemas de irregularidades no licenciamento (GUIMARÃES, 2011), denúncias de violação, poluição do ar e das águas e conflitos com moradores locais (PACS, 2012).

A presença da CSA em Santa Cruz, desde o início, foi marcada por conflitos, num embate de modelos de vida, com formas de apropriação do território diferentes, com distintos grupos técnicos (SANTOS, 1996), mostrando que o desenvolvimento sustentável e a conexão com a comunidade não passam de um termo bonito e/ou um sonho ainda distante. Segundo PACS e Justiça Global (2017), de um lado se tem a Companhia Siderúrgica do Atlântico, que contou com o apoio e vantagens do Estado brasileiro para operar por seis anos em zona residencial sem as devidas licenças exigidas pela legislação. Na outra extremidade, estão os moradores do entorno da avenida João XXIII, em Santa Cruz, e os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba. Iara Moura e Isabelle Rodrigues (2018), na mesma matéria publicada no *Le Monde Diplomatique* Brasil anteriormente citada, apontam que 308 ações tramitavam, em 2018, na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro contra a siderúrgica, sendo a grande maioria por danos morais e materiais decorrentes da emissão de material particulado, do alagamento de casas por conta da cheia do Canal do São Fernando e impacto da linha férrea, que transporta o minério de ferro, na estrutura das casas.

Em 2010, a então TKCSA solicitou ao INEA a liberação para procedimentos pré-operacionais em um dos seus altos fornos, tendo a autorização concedida. Logo no início das



atividades, verificou-se o primeiro caso da famosa chuva de prata¹². À essa altura, segundo PACS (2012), diversos problemas já apareciam, tal qual, por exemplo, alterações na qualidade do ar, restrições de mobilidade no território e impossibilidade de realização de atividades tradicionais como a pesca. O próprio fato de acontecer a chuva de prata, que não havia sido prevista pelos relatórios da empresa, evidencia que o processo de licenciamento não transcorreu da forma que deveria, apresentando falhas graves (GUIMARÃES, 2011).

A chuva de prata era consequência de uma emissão descontrolada de partículas no ar. O termo consiste em uma chuva de pó brilhoso emitido em decorrência da produção de aço (MOURA; RODRIGUES, 2018). Esse pó tomou o ar e invadiu as casas das pessoas. O então governador Sérgio Cabral, que havia estado presente na inauguração das atividades da Companhia, autorizou o início da operação do outro alto-forno, sob a justificativa de que o erro que causou os problemas da primeira chuva de prata já havia sido resolvido. Porém, as chuvas de prata persistiram, mostrando a impossibilidade da concessão de uma Licença de Operação para a CSA naquele momento, mesmo com a vontade política do Governador e seus aliados. Iniciou-se, então, processo de negociação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre o poder público estadual e a empresa. Assim, em março de 2012, foi assinada a primeira versão do acordo que perdurou, em suas múltiplas versões e adaptações, até 2016.

Analisando este processo, o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul e a Justiça Global, no relatório (2017) aqui já apresentado, dizem que

é possível sustentar que a celebração do TAC teria tido a equivocada e ilegal pretensão de operar como instrumento substitutivo à obrigação de se submeter a um regular procedimento de licenciamento ambiental. Tanto o é que, em 2016, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou Ação Civil Pública (0243788- 19.2016.8.19.0001) se posicionando contrariamente à emissão de Licença de Operação para a TKCSA, sob o principal fundamento de que seriam necessários outros estudos técnicos mais detalhados a fim de apurar se as medidas empregadas foram suficientes para atender à legislação em vigor. (p.48-49)

No entanto, apesar de todos esses problemas no processo de licenciamento, o INEA, baseado na Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, decidiu emitir a Licença de Operação para o complexo siderúrgico. PACS e Justiça Ambiental (2017, p.49) salientam, entretanto, que “algumas obrigações que constavam do TAC acabaram sendo reinseridas nas condicionantes da licença emitida, como, por exemplo, a análise de risco ecológico, a

¹² G1. *Após chuva de prata no Rio, CSA é multada em 10,5 milhões*. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/11/apos-chuva-de-prata-no-rio-csa-sera-multada-em-r-105-milhoes.html>>. Acesso em 26/06/2020.



necessidade de regularizar a captação de água e o lançamento de efluentes”, embora outras, como das obrigações relacionadas às questões de saúde, se perderam. Moura e Rodrigues (2018), baseadas em dados da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA, apontaram a Companhia Siderúrgica do Atlântico como a responsável por elevar em 76% as emissões de CO₂ na cidade do Rio de Janeiro. Baseadas num monitoramento feito em 2017 pelo projeto Vigilância Popular em Saúde, realizado em parceria com a Fiocruz, o Instituto PACS e a Rede Justiça nos Trilhos, as autoras apontam, ainda, que a concentração de poluição provocada pela siderúrgica ultrapassa as médias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde para qualidade do ar, com o agravamento de doenças de pele, respiratórias e oftalmológicas a partir da chegada do megaempreendimento siderúrgico, embora a Secretaria Municipal de Saúde tenha concluído que não é possível estabelecer uma ligação direta entre a chegada da empresa e o aumento dos casos de enfermidades na população.

Conforme evidencia matéria do site G1¹³, devido a emissão desse “pó prata”, em agosto de 2010, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA multou a Companhia Siderúrgica do Atlântico em R\$ 1,8 milhão e em janeiro de 2011, a empresa voltou a ser multada também pelo pó de prata. Desta vez, o valor ficou em R\$ 2,8 milhões. Na época, a CSA também foi obrigada a pagar uma compensação indenizatória de R\$ 14 milhões, para ser aplicados em obras e assim evitar a poluição. Segundo a mesma matéria, em novembro de 2012 a empresa voltou a ser multada. Nessa terceira vez, precisando desembolsar R\$ 10,5 milhões, após o mesmo pó prateado expelido pela própria fábrica cair sobre casas em Santa Cruz. No entanto, mesmo com a imposição de multas, condução de diversas medidas compensatórias de cunho coletivo, seguimento de ações penais, e celebração de termos de ajustamento de conduta, após o início das atividades nos dois altos-fornos, em nenhum outro momento a operação da siderúrgica foi paralisada por violações à legislação. Um fato importante a ser observado é que de 2012 até 2016, quando definitivamente foi emitida a Licença de Operação (IN036830) favorecendo a CSA, a empresa operou sem qualquer licença ambiental, tendo como único amparo legal os termos aditados de ajustamento de conduta que prolongou sua pré-operação enquanto medidas de controle, mitigação e compensação foram sendo implementadas (PACS; JUSTIÇA GLOBA, 2017, p.68), como a própria construção do Colégio Erich Walter Heine, comentada na sessão anterior.

¹³ G1. *Após chuva de prata no Rio, CSA é multada em 10,5 milhões*. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/11/apos-chuva-de-prata-no-rio-csa-sera-multada-em-r-105-milhoes.html>>. Acesso em 26/06/2020.



Como bem destacou Oliveira (2020), o avanço de práticas ditas sustentáveis no universo produtivo não impediu que áreas como a borda metropolitana do Rio de Janeiro se transformassem em áreas de ampla contaminação ambiental e impacto sob os modos de vidas locais. A poluição da Ternium CSA e os impactos na costa de um complexo portuário de grande porte, consolidaram tanto a Baía quanto a Baixada de Sepetiba em verdadeiros paraísos de poluição, zona de sacrifício e área de injustiças ambientais. Todos os impactos, denúncias, imbróglis e disputas são frutos de um embate entre lógicas com base técnica e escalas geográfica distintas, assim como do caso do cerceamento à pesca, no qual viu-se que desde as primeiras obras de dragagem, era possível perceber perdas para a pesca artesanal (PACS, 2012). O que Milton Santos (1996) chama de tensão entre ações hegemônicas e ações não hegemônicas acontece amplamente na Baía de Sepetiba, justamente porque os projetos pensados para a região não foram idealizados por moradores locais (CHAGAS, 2020), que usam o território tradicionalmente há décadas, mas por empresários e políticos em escalas nacionais e globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer este mergulho nos acontecimentos que marcaram a instalação e o licenciamento da empresa neste cenário de novo desenvolvimentismo brasileiro, vislumbrou-se problemas socioambientais acarretados pela presença do megaempreendimento siderúrgico no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, mais especificamente no eixo Santa Cruz-Itaguaí, Rio de Janeiro-RJ, onde há a presença de grandes empreendimentos, como a Ternium CSA e importantes atividades portuárias, sendo destino de ferrovias que trazem minério de ferro de Minas Gerais. Foi possível pensar e perceber a mudança da vida local e algumas consequências para o bairro-região com a atuação territorial da Companhia Siderúrgica do Atlântico.

No que tange às características de fortalecimento do sistema de participação popular e a consolidação de uma democracia cada vez mais forte, viu-se que os responsáveis pelo empreendimento impuseram, através de poderes e interesses estritamente econômicos, seu projeto, em detrimento de grupos contrários à sua presença. Foi possível perceber um Estado desfigurado, colonizado por interesses privados e incapaz de promover políticas públicas eficientes para todos. Não houve, no caso da chegada da CSA em Santa Cruz, um rompimento com o círculo vicioso de privatização do Estado – como identificara Mercadante (2010) ser um pilar importante da construção de um outro país a partir do seu novo desenvolvimentismo. Os modos de vidas e interesses dos moradores locais foram crivados por grandes empresas internacionais e nacionais, longe de trâmites realmente democráticos, em decisões tomadas por



relações quase que exclusivas entre grupos de empresários e representantes estatais pouco preocupados com o bem-estar da população mais vulnerável e impactadas pela atuação siderurgia.

No debate sobre a “sociedade do conhecimento” e sua materialidade em Santa Cruz, salientou-se que a empresa, como medida compensatória por seus danos ambientais, foi obrigada a construir e manter uma escola que ganhou o selo de “colégio sustentável”, mas que é uma exceção, um ponto fora da curva, dentro do sistema de ensino público do Rio de Janeiro. A escola é fruto de uma política isolada e a população local, que deveria ter amplo acesso a ensino de qualidade, precisa passar horas em filas exaustivas para garantir uma vaga em sorteio. A realidade do sistema educacional no bairro e em todo o Rio de Janeiro, principalmente na Zona Oeste da cidade, é precário e não apresentou melhoras significativas durante o período do novo desenvolvimentismo brasileiro.

Com as reflexões sobre a questão ambiental envolvida, através do entendimento das medidas compensatórias da empresa, do exame das violações às normas ambientais brasileiras, da leitura crítica do discurso do desenvolvimento sustentável e as práticas da empresa, percebeu-se incongruências no modelo de desenvolvimento adotado. A partir da contribuição de Oliveira (2020), salienta-se ainda que a instalação de uma siderurgia integrada, como a CSA em Santa Cruz, é algo impensável nos centros do mundo, mas totalmente plausível nas periferias, inclusive na borda metropolitana fluminense, como se viu aqui. Os problemas ambientais em áreas como o eixo Santa Cruz-Itaguaí, que foram transformadas em verdadeiras zonas de sacrifício ao longo de décadas de crescente industrialização, foram impulsionados mesmo sob o prisma das preocupações ambientais do novo desenvolvimentismo brasileiro.

Essas contradições que emergiram no processo de instalação e de atuação da CSA, expostas neste trabalho, conversam com a percepção que este modelo de desenvolvimento vetorizado no crescimento econômico e no fortalecimento de empresas como a Ternium está em constante conflito com populações locais e seus modos de vida, bem distantes do processo democrático de maior participação popular, do bem estar social-econômico, do melhoramento de índices educacionais e do equilíbrio com o ambiente natural. Estes, que são pilares do novo desenvolvimentismo brasileiro apontado por Mercadante (2010), apareceram no projeto mais como alibi que como realidade, para maioria da população impactada pela atuação da empresa e por todo este megaprojeto. Foram pilares importantes crivados, colocados de lado, pela busca desenfreada do lucro, da empresa, e do crescimento econômico, sendo estes os objetivos a serem alcançados pelos responsáveis por este conglomerado siderúrgico-portuário instalado no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense.



Chagas (2020), ao fazer, por exemplo, uma análise sobre Itaguaí como um polo metropolitano de desenvolvimento produtivo-logístico, salienta que interesses estratégicos do Estado geraram consequências e marcas no território, tendo em vista as transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais produzidas no âmbito de todos esses investimentos pesados do Estado no eixo Santa Cruz-Itaguaí. Para o autor, essas configurações recentes – que percebemos aqui estarem atreladas ao novo desenvolvimentismo brasileiro apontado por Mercadante (2010), refletiram mais um retrato de como a ocupação de áreas como as bordas metropolitanas do Rio de Janeiro, em todo Brasil, foram submetidas a um plano de desenvolvimento esquematizado por políticas pensadas a nível nacional, aqui percebidas, inclusive, sob interesses e vantagens de atores globais que mantiveram um crescimento econômico exponencial.

Tais considerações alcançadas nos leva a perceber que experiências como a da Ternium CSA em Santa Cruz, uma das consequências de fortes investimentos do Estado, no contexto desenvolvimentista recente, apostando no crescimento a qualquer custo, ampliou o fortalecimento de empresas internacionais em detrimento do bem estar da população e da harmonia com culturas tradicionais e suas relações com a natureza. Dessa forma, vem à luz as contribuições de Santos (1996) sobre o que ele chama de *território nacional da economia internacional*.

Com vastos investimentos do empresariado nacional, internacional e estatal, implementou-se redes técnicas nos territórios do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense, que os conectaram ainda mais com estruturas, práticas e funcionamentos globais de geração de lucro/acumulação. Neste contexto, nada foi levado em conta, nem pilares importantes de um projeto nacional de desenvolvimento baseado na melhoria das condições de vida da população, *exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrassem os elementos capazes de permiti-lo* (SANTOS, 1996). Criva-se pilares, mas as atividades de empresas como a Ternium, que continuam em atividade, são garantidas, mesmo sob contradições, denúncias, poluição, doenças, ataques e ampliação de conflitos com pescadores, moradores e modos de vidas locais.

Mesmo governos progressistas, com claros avanços no campo social, como o caso dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), não foram capazes de romper com os fortes elos de um desenvolvimento profundamente segregador e baseado, em última instância, no crescimento econômico. Portanto, não cabe aqui fazer julgamento de políticas governamentais específicas, mas apontar contradições e limites do modelo “empresa-esperança”, da “indústria redentora”, contribuindo, ao nosso olhar, para colocar em questão a



avaliação positiva e automática que se tem em relação às fábricas, geralmente vistas, por suas ações calcadas na racionalidade técnico-científica, altíssima produtividade e circulação de mercadorias, como precursoras da felicidade e do bem-estar das populações diretamente impactadas por suas atividades.

REFERÊNCIAS

DAMAS, Eduardo Tavares. **Distritos industriais da cidade do Rio de Janeiro: gênese e desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca**. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DUARTE, Newton. **As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação [online], n.18, 2001.

GERMANO, André Luiz do Nascimento. **A chegada da Companhia Siderúrgica do Atlântico em Santa Cruz: Novo Desenvolvimentismo na Borda Metropolitana Fluminense**. Rio de Janeiro: Espaço e Economia [Online], n 19, 2020.

GERMANO, André Luiz do Nascimento. **Novo Desenvolvimentismo Brasileiro: a atuação da Ternium CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico, em Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

CHAGAS, Guilherme Mapelli. **Porto de Itaguaí: Indutor de um polo logístico-produtivo**. Rio de Janeiro: Espaço e Economia [Online], n 19, 2020.

GUIMARÃES, Virgínia Totti. **O licenciamento ambiental prévio e a localização de grandes empreendimentos: o caso da TKCSA em Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ**. Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2011.

MERCADANTE, Aluizio. **As bases do Novo Desenvolvimentismo: análise do governo Lula**. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Ciência Econômicas, Instituto de Economia, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A emersão da região logísticoindustrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva**. Rio de Janeiro: Espaço e Economia [online], n. 7, 2015.



OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável no Brasil:** lições do extremo oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Espaço e Economia [Online], n 19, 2020.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Geopolítica ambiental:** a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992). Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

PACS. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA:** Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. PACS, 2ª edição, 2009.

PACS. **Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA:** Impactos e Irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. PACS, 3ª edição, 2012.

PACS; JUSTIÇA GLOBAL. **Violações de Direitos Humanos na Siderurgia:** o caso TKCSA. Rio de Janeiro, PACS e Justiça Global, 2017.

PERDIGÃO, Isis Alves do Sacramento. **Os investimentos financeiros na região da Baía de Sepetiba e as articulações com o desenvolvimento territorial:** uma breve nota. Belo Horizonte: XVI ENANPUR, st 1, 2015.

PINTO, Janaína Bezerra. **O papel da Responsabilidade Social Empresarial em cenários de conflitos ambientais siderúrgicos:** o caso da TKCSA na periferia carioca de Santa Cruz. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, Porto Alegre, RS, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável.** Revista Terra Livre. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, nº11-12, p.9-76, 1992.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e tempo. Razão e Emoção – 4. ed. 8. reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014 [1996]. 384p.